



IMAGEM: KIPPER

ESPECIAL NEGÓCIOS INTERNACIONAIS

Brasil e China

Nos últimos anos, o interesse a respeito da China, de sua trajetória de internacionalização e de seus indicadores de desenvolvimento tem crescido, não apenas na mídia, mas também em publicações e debates acadêmicos. Analisamos neste artigo as influências das condições macroeconômicas da China e do Brasil sobre seus respectivos processos de internacionalização e como o desenvolvimento econômico chinês afetou as cadeias globais de produção e a indústria brasileira.

por **Maria Teresa L. Fleury e Afonso Carlos C. Fleury** USP

O célebre relatório Goldman e Sachs, de 2003, ao cunhar o termo BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China), chamou a atenção sobre esses países e em especial sobre a China e a Índia. Embora considerados freqüentemente como um grupo, China e Índia, de um lado, Brasil e Rússia, de outro,

apresentam diferentes trajetórias. Os primeiros são caracterizados pelo forte desenvolvimento econômico; os últimos estão enfrentando um cenário de incertezas econômicas.

Não obstante observa-se o gradual surgimento de empresas multinacionais originárias desses países emer-

gentes, aparentemente sem relação de causa direta com o grau de dinamismo econômico do país de origem. Este é o ponto de partida deste artigo, que comparando Brasil e China se propõe a discutir duas questões: primeira, como as condições macroeconômicas estão afetando as estratégias das em-

presas brasileiras e chinesas nos seus respectivos processos de internacionalização; segunda, como o acelerado processo de desenvolvimento da China mudou a configuração das cadeias de valor globais e qual é o impacto na indústria brasileira.

Olhar macroeconômico. Historicamente, as análises comparativas da evolução da indústria brasileira, em contraposição às asiáticas, têm variado bastante, pois as comparações mudam com o tempo. Nos anos 1970 e 1980, a Coreia do Sul era o país de referência. Hoje, a Coreia já entrou para a “liga dos desenvolvidos” e a China e a Índia ocupam este lugar.

O PIB atual do Brasil (US\$ 605 bilhões) é semelhante ao PIB da Coreia (US\$ 696 bilhões) e da Índia (US\$ 686 bilhões). Entretanto, a população difere nesses três países, sendo o PIB *per capita* coreano três vezes superior ao do Brasil, o qual, por sua vez, é quatro vezes maior que o da Índia. O PIB da China é, atualmente, duas vezes o tamanho das três economias e o seu PIB *per capita* (US\$ 1,460 bilhão) entre o do Brasil e o da Índia.

A ausência de dinamismo na estrutura das exportações e a forte dependência do mercado doméstico se mantiveram. Como consequência, a participação do Brasil no mercado internacional é ainda limitada, particularmente se comparada com a da China.

Entretanto, é importante observar que entre 1990 e 2003, as economias chinesa e indiana cresceram, respectivamente, cinco e duas vezes e meio mais que a economia brasileira (perto de 11%, 5% e 2% por ano). Essas informações revelam a diferença relativa no dinamismo dos três participantes do BRIC. Mesmo se o grupo todo é comparado a “baleias em movimento”, as velocidades relativas são bastante diferentes.

Até o começo dos anos 1990, o mercado brasileiro era relativamente fechado e a indústria doméstica, fortemente protegida. Após a liberalização do comércio, contrariando as expectativas, não somente a taxa de crescimento não deslanchou, mas também o mercado interno cresceu mais lentamente do que o resto do mundo.

O crescimento da indústria manufatureira brasileira foi mais lento que o da maioria das outras regiões, inclusive do resto da América Latina. A ausência de dinamismo na estrutura das exportações e a forte dependência do mercado doméstico se mantiveram. Como consequência, a participação do Brasil no mercado internacional é ainda limitada, particularmente se comparada com a China (Tabela 1).

Mesmo que o valor absoluto de exportações do Brasil tenha aumentado substancialmente desde 2000, este teve pouco impacto na sua participação no comércio global. Em contraste, a participação das exportações e importações globais da China aumentou significativamente. Uma das justificativas para o rápido crescimento das importações foi a partici-

Tabela 1: **Participação do Brasil e da China no mercado mundial**

ANO	BRASIL		CHINA	
	EXPORTAÇÕES	IMPORTAÇÕES	EXPORTAÇÕES	IMPORTAÇÕES
1990	0.91%	0.63%	1.49%	1.50%
1995	0.91%	1.03%	2.50%	2.53%
2000	0.86%	0.89%	3.91%	3.43%
2001	0.95%	0.92%	4.34%	3.84%
2002	0.94%	0.75%	5.07%	4.49%
2003	0.98%	0.66%	5.86%	5.39%

Fonte: IMF, Direção de Comércio e Estatística

pação da China nas cadeias regionais, alavancada pelo número crescente de acordos de comércio regionais.

Em compensação, o Brasil mostra um padrão estável com quase dois terços das importações se originando em países da OECD, enquanto a parcela do comércio inter-regional se estabilizava pelos problemas do Mercosul e pelo fracasso da ALCA. Isso, de certa forma, deixa o país e as empresas brasileiras isoladas.

Por sua vez, o comércio bilateral entre Brasil e China aumentou substancialmente na última década. Entre 1996 e 2003, exportações do Brasil para a China cresceram quatro vezes entre 2000 e 2003; a participação do Brasil no mercado chinês aumentou de 0.43% em 2000 para 1.27% em 2003. Entretanto, as importações brasileiras da China estão crescendo rapidamente, e a balança comercial, que até 2003 apresentava um resultado positivo para Brasil, está sendo invertida (Figura 1).

A composição da balança comercial mostra assimetrias. O Brasil

exporta *commodities* e produtos intensivos em recursos naturais (carvão, grãos, aço, carnes) e importa produtos manufaturados. A exportação brasileira de produtos manufaturados e semifaturados para a China representa apenas 5.5% do total das exportações para esse país. O aumento das exportações de *commodities*, se por um lado gera apreciação da moeda local, por outro traz obstáculos para o crescimento simultâneo dos produtos manufaturados.

Em síntese, os indicadores macroeconômicos retratam o tamanho relativo de duas “das baleias que se movem”, assim como suas velocidades relativas, e fornecem um panorama inicial dos argumentos para a resposta da primeira questão deste artigo. Claramente, as trajetórias não são independentes: a ascensão da China já está influenciando a trajetória da economia brasileira em termos da participação no mercado mundial. Mas, como vem sendo mencionado por pesquisadores chineses, embora a China possa ser considerada como um

milagre macroeconômico, será também um milagre microeconômico?

Algumas razões suportam este questionamento. O primeiro ponto diz respeito à “entrada/saída de FDI” ser extremamente baixa, especialmente se comparada à do Japão nos anos 1980, época em que o país investiu ativamente no exterior e se tornou reconhecido pelo desenvolvimento de um novo paradigma em termos de organização industrial. Em segundo, a ascensão da China continua muito dependente das empresas estatais. Além delas são poucas as empresas realmente competitivas, com a exceção notável de Haier e Lenovo.

Por outro lado, se não é possível considerar o Brasil como um vencedor macroeconômico, observa-se a emergência das multinacionais brasileiras como *global players*. Estas empresas parecem atuar bem no turbulento e competitivo mercado internacional, com a experiência desenvolvida no instável ambiente do próprio país.

Indústria brasileira. O acelerado processo de industrialização chinês, em certo sentido, pode ser comparado com o que ocorreu no Brasil, na década entre 1950 e 1960. Há, entretanto, uma diferença entre esses países que diz respeito à sustentabilidade dos processos de crescimento, já que a indústria brasileira, na segunda metade do século 20, cresceu entre ciclos descontinuados de prosperidade e depressão. Sem querer esgotar as explicações para estes movimentos, uma breve recuperação dos atores principais no processo de formação das indústrias nesses dois países é relevante.

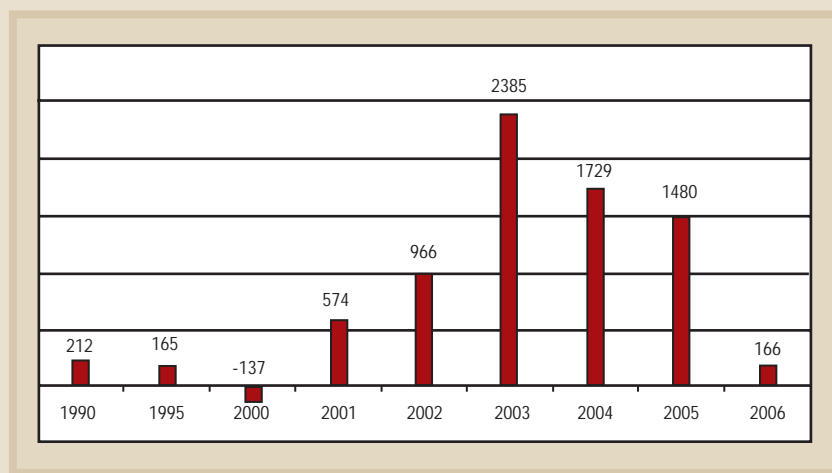


Figura 1 – Balança de Comércio Bilateral Brasil-China (US\$ milhões).

Fonte: <http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/secex/depPlaDescomExterior/IndEstatiscas/ali/Web julho 2006>.

Se, no Brasil, empresas privadas nacionais representavam o principal motor da industrialização no início do século 20, a partir da segunda metade deste século, estatais e multinacionais assumiram essa liderança. Nos anos 1980, as subsidiárias das empresas multinacionais – ou MNEs – representavam 26% do valor agregado da manufatura e 20% do total de empregos da indústria manufatureira. Nos anos 1990, após a abertura do mercado local, o peso das subsidiárias das MNEs só aumentou.

A Tabela 2 apresenta alguns valores do aumento de importância das MNEs na economia brasileira, comparando com empresas brasileiras privadas e estatais no total das receitas das 500 maiores empresas que operaram no Brasil.

É também importante destacar que o aumento da presença do Brasil no mercado internacional é justificado principalmente pelas exportações das MNEs. Do valor total das exportações das 76 firmas brasileiras classificadas entre os 200 maiores exportadores latino-americanos, 64% são originárias de subsidiárias das MNEs, 30% de empresas privadas brasileiras e 6% de empresas estatais (*América Economia*, 16 agosto 2005). Outras fontes ratificam essa informação. As decisões de *sourcing* globais das MNEs e o comércio intrafirmas têm um papel extremamente importante

A China, aproveitando eficazmente de suas vantagens comparativas, vem acelerando o seu projeto de desenvolvimento, buscando se posicionar como *player* internacional. Até o momento, no entanto, não há evidências fortes de que as empresas chinesas consigam sustentar esse processo.

no desenvolvimento da indústria dos dois países.

Indústria chinesa. No caso chinês, as empresas estatais representam o papel mais importante no processo de desenvolvimento industrial. No *ranking* organizado pela revista *Fortune*, em termos de ativos, são incluídas 20 empresas chinesas, todas estatais. As empresas multinacionais, entretanto, estão assumindo um papel crescente na economia chinesa. Mesmo que o país seja ainda considerado fechado, há indicações de abertura e, em 2004, a participação das MNEs na produção de bens manufaturados alcançou o nível de 32% e as exportações de filiais estrangeiras como uma parte das exportações totais de China totalizaram 58%, mostrando um gradiente positivo.

As firmas do setor privado na China são grandes em termos agregados, mas pequenas individualmente. De acordo com pesquisadores chine-

ses como Huang (2005), o emprego médio em empresas privadas, em 2003, era de 14,3 pessoas/firma; apenas 1.130 empresas tinham mais de 1.000 empregados e quase nenhuma presença externa. Além disso, observa esse autor, há uma tendência declinante em termos de rentabilidade do setor privado, e as empresas mais lucrativas, por operarem no ramo imobiliário, dificilmente farão investimentos no exterior.

As trajetórias evolutivas das empresas privadas chinesas vêm mostrando padrões distintos. Hu *et al.* (2005) observaram que, ao contrário do que ocorreu em outros países asiáticos, onde as empresas cresceram para depois evoluir na cadeia de valor, as empresas chinesas estão diversificando seus portfólios de atividades, passando da manufatura ao *design* de produtos e oferecendo serviços de logística, consultoria de mercado, antes de crescerem e consolidarem suas competências básicas em nível internacional. Parece assim que as empresas privadas chinesas não repetirão as trajetórias de outros países asiáticos, como Japão e Coreia.

Impactos sobre o Brasil. O acelerado processo de desenvolvi-

Tabela 2 – **Comparação da participação relativa das 500 maiores empresas brasileiras**

	MULTINACIONAIS	BRASILEIRAS PRIVADAS	ESTATAIS
1979	34.5%	34.2%	31.3%
2001	45.8%	34.5%	19.7%

Fonte: Lacerda, 2003, p. 7

mento dos grandes países asiáticos, especialmente China, e de sua crescente participação nas redes globais de valor (*Global Value Chains*), tem efeitos diretos e indiretos sobre a indústria brasileira. Os efeitos diretos são associados com os relacionamentos diretos em termos de comércio e influências mútuas em suas estruturas industriais através de cooperação e competição. Os efeitos indiretos envolvem as terceiras partes – as estratégias das MNEs nas suas decisões de *sourcing* e de localização global.

A relocação da produção é a característica mais visível da entrada da China no mercado global, devido a uma adoção generalizada da estratégia *offshoring*. O México foi um dos países mais profundamente afetados, com aproximadamente 600 mil postos de empregos sendo perdidos pelas *maquiladoras* mexicanas para os fornecedores chineses.

Não há nenhum número disponível para o caso do Brasil, mas sabe-se bem que muitas MNEs realizaram também esse deslocamento. A indústria automobilística é um exemplo. Após o significativo investimento, feito no Brasil na segunda metade dos anos 1990, para modernizar plantas existentes e implantar novas fábricas, há evidências de uma quase completa inflexão para os mercados asiáticos no novo milênio. Isto ocorre também no setor eletrônico.

A entrada de novas empresas asiáticas com alta escala de produção e preços baixos em produtos básicos levou muitas MNEs a mudarem o perfil de atividades de suas subsidiárias, abandonando o segmento *commodities*, buscando a produção de produtos

mais complexos. Isso teve reflexos em países como o Brasil. As subsidiárias deveriam ser alinhadas às novas estratégias globais? Deveriam continuar produzindo *commodities* localmente, dado que estes eram produtos não produzidos em outros lugares?

Em estudo recente sobre as cadeias de produção têxtil baseadas em fibras químicas, observamos que, no início dos anos 1990, os novos produtores integrados chineses de *commodities* levaram empresas como BAFÉ, Dow e Rhone Poulenc a mudarem seu portfólio de produtos, tornando obsoletas plantas aqui instaladas. As fábricas foram vendidas a grupos brasileiros, mas, apesar disso, a quantidade e a variedade de fibras produzidas localmente foram reduzidas e as importações aumentaram significativamente.

O terceiro efeito indireto poderia ser chamado “*sourcing* asiático”. Diz respeito às possibilidades abertas para as subsidiárias das MNEs estabelecidas no Brasil de exercerem o *global sourcing* e comprarem, junto com outras subsidiárias da mesma corporação, em grandes quantidades, da China ou outros países asiáticos. Isso altera radicalmente as políticas de compra no país e as estruturas das cadeias locais de suprimento. A Unilever é um desses casos: insumos que eram anteriormente comprados no Brasil são agora importados da Ásia, especialmente da China.

Um arranjo ligeiramente diferente pode ser observado na indústria de telecomunicações. As novas grandes empresas globais provedoras de serviços de rotina de manufatura e serviços (*Manufacturing Contractors*), estabeleci-

das durante os anos 1990, passaram a ser os fornecedores por excelência das subsidiárias brasileiras que fornecem equipamentos de telecomunicações, como Ericsson, NEC, Motorola. Essas empresas compram em escala global, assim afetando substancialmente a estrutura local de fornecimento.

Futuro. Concluindo, Brasil e China são considerados parte de um grupo de países com relacionamentos recíprocos que resultam em mútuos impactos. No caso do Brasil, em que a indústria está muito sustentada em MNEs, a ascensão da China amplificou as conseqüências, especialmente no que se refere à configuração das cadeias globais de valor.

Por outro lado, a internacionalização das empresas brasileiras que estão estabelecendo fábricas em território chinês é ainda bastante discreta. Este padrão é de certa forma ratificado pelo governo brasileiro, que não prioriza a internacionalização como uma questão estratégica. Já a China, aproveitando eficazmente suas vantagens comparativas, vem acelerando o seu projeto de desenvolvimento, buscando se posicionar como *player* internacional. Até o momento, no entanto, não há evidências fortes de que as empresas chinesas consigam sustentar esse processo.

Maria Tereza Leme Fleury
 Profa. do Departamento de Administração
 da FEA/USP
 E-mail: mtfleury@usp.br

Afonso Carlos C. Fleury
 Prof. e Chefe do Departamento de Engenharia de Produção da EPUSP
 E-mail: acfleury@usp.br